

# Psicólogos, Que Futuro?

---

José M. da Silva Pinto<sup>1</sup>

## Resumo

A psicologia é actualmente uma das ciências na moda em Portugal. Muitos candidatos, muitos interessados, mas o que se questiona neste artigo é se será vantajoso formar em Psicologia pessoas que não tenham as condições mínimas necessárias para o exercício sério e condigno da profissão, pese embora o lugar modestíssimo que o nosso país ocupa na Europa em termos de população com curso superior.

A inexistência de um órgão competente para fiscalizar o exercício da psicologia agrava contundentemente este problema e fá-lo-á ainda mais com a entrada em vigor do sistema de ensino/aprendizagem preconizado pelo Acordo de Bolonha, uma vez que começa a ser demasiado evidente que facilita a desonestidade e a obtenção de classificações minimamente satisfatórias sem que o estudante tenha o conhecimento básico essencial.

Este cenário pode vir a tornar-se tenebroso num futuro próximo, se nada for feito para corrigir as distorções que o país sempre introduz em tudo em que se compromete e se as “adaptações” de que se ouve cada vez mais falar, não forem reduzidas ao mínimo e o sistema posto a funcionar como ele é realmente na sua essência e, naturalmente, com todos os custos financeiros que isso implica.

---

<sup>1</sup> Professor de Psicologia do Curso de Licenciatura em Psicologia da UAL

## Algumas Reflexões

Costuma dizer-se que o sacerdócio e a medicina assentam tanto na educação, entendida esta como a aprendizagem dessas ciências/artes, como na vocação. Isto porque quer uma quer outra são actividades que obrigam a entrega individual, a esforço acrescido, a compreensão do próximo, a ajuda pessoal muitas vezes para além do que a técnica, a ciência ou mesmo o dever estipulam. Ambas carecem de devoção, no sentido de dedicação zelosa ao próximo, para além da mera aprendizagem e desempenho profissionais, portanto de humanismo.

Estamos perante duas actividades tradicionais e tradicionalmente vistas como ligadas à ajuda, à compreensão, ao apoio, à cura, portanto ao bem-estar básico do Homem, a quem dedicam o seu tempo, saber e empenhamento.

Contudo a complexidade do mundo actual e a panóplia de actividades científicas de que dispõe é de tal dimensão que importa perguntar se serão só estas duas actividades, porque são tradicionalmente vistas assim e ancestralmente consideradas como tal, que são diferentes neste sentido, ou que implicam profissionais diferentes e dispostos a investir as suas pessoas na ajuda dos outros.

Ou acontecerá que outras actividades, mormente científicas implicarão também este tipo de entrega?

Será por exemplo, vistas as coisas deste ângulo, a psicologia uma ciência diferente? Será que para se ser psicólogo é preciso ser também diferente, ou excepcional, ou sobredotado? Ou os psicólogos são apenas técnicos qualificados, como tantos outros, que trabalham o ser humano e que, uma vez aprendida a técnica/ciência da sua área, estão habilitados a exercer bem o seu ofício?

Este poderá ser um campo de reflexão rico e talvez inesgotável.

Há tendência para se achar que os oficiais do ofício que se exerce, seja ele qual for, têm de ser quase super-Homens, dadas as dificuldades que achamos que esse mesmo nosso ofício apresenta e, em consequência disso, face ao grau sobre-humano de exigência que impõe. Estaríamos assim, enveredando por este caminho, no reino dos génios.

Porém, convém não esquecer que um génio não é mais do que um indivíduo que se esforça muito para fazer o que faz. É frequentemente alguém

que trabalhou arduamente para se tornar muito apto na área que escolheu e depois em dado momento começa a inovar e a sair da rotina anteriormente estabelecida, chamando assim a atenção, de quem se apercebe, para o facto de criar alguma coisa diferente ou percorrendo caminho diferente, o que lhe confere o carácter de genialidade.

Então, ser um génio não é propriamente um dom com que se nasce, mas sim o aproveitamento e desenvolvimento diligente e esforçado desse dom.

Com esta base de partida fica portanto claro que nem na psicologia, nem em qualquer outra ciência ou profissão poderá haver a pretensão de que os oficiais desse ofício são génios, ditas as coisas com esta abrangência e simplicidade, ou seja, se considerarmos todos eles. Uns poderão ser, mas a maioria não é, certamente.

Então, voltamos às questões iniciais e comecemos pela última. Os psicólogos não são nem podem ser apenas técnicos qualificados, simplesmente porque o objecto do seu trabalho é precisamente o ser humano. E o que tem isso de extraordinário, pode perguntar-se. Tem muita importância, porque se o alvo, finalidade, objectivo do trabalho do psicólogo é o ser humano, estamos então a falar de uma profissão que se dedica ao mais importante objecto existente na Terra, que é exactamente esse mesmo ser humano. E não pode ser concebível que simples técnicos qualificados, eventualmente mecanizados e desumanizados, possam ter como profissão e objectivo de vida profissional o que de mais importante existe na vida humana, que é o ser que a cria, que a vive e também, vezes demais, que a tira a outros, isto é, o ser humano.

Por isso, se infere que a psicologia, uma vez que tem como objecto de estudo o comportamento do ser humano, é certamente uma ciência diferente, porque exige uma dádiva pessoal que centrifuga e ultrapassa em muito o trabalho automático ou mecanicista da repetição de protocolos e de testagens, para colocar um rótulo ou caracterizar um indivíduo. É diferente, porque o psicólogo que é, ele também, um ser humano, é ao mesmo tempo observador e observado, estudioso e estudado, experimentador e sujeito experimental. Isto cria desde logo uma dificuldade adicional à profissão, o controlo férreo e muito seguro que o psicólogo precisa de exercer permanentemente, para não se deixar envolver para além dos limites estritamente profissionais e científicos, enquanto elemento da super-tribo humana, com o objecto de estudo que é igualmente um ser humano. A simpatia, a empatia e outras manifestações

emocionais que podem passar pelo amor ou pela paixão, pela indiferença ou pelo ódio, podem transformar-se em barreiras ao exercício com independência e portanto honesto e científico da profissão de psicólogo.

Aqui começa pois a surgir um carácter de certa excepcionalidade nos psicólogos. Eles precisam de ser muito controlados (auto-controlados, entenda-se) para que possam ser profissionalmente isentos e competentes. E o auto-controlo implica disciplina e honestidade.

Só com muita disciplina e honestidade se pode analisar e auto-criticar a actuação perante o outro, seja ele um cliente, um amigo, ou um colega, um chefe ou um familiar. Mas quando se trata de uma relação profissional de ajuda, porque é esta a função do psicólogo, o cliente está em desvantagem e com vulnerabilidade acrescida, sentindo-se não raras vezes dependente dele e isso obriga ao cumprimento de regras muito claras e severas e à verificação, validação e avaliação sistemáticas dessas regras, bem como às do seu cumprimento escrupuloso.

E o que dizer se pensarmos no campo de um dos instrumentos mais utilizados pelos psicólogos, que é o dos testes psicológicos? Cada teste tem as suas regras de aplicação, quase sempre o seu tempo próprio e rigoroso. Apresenta ao cliente um grau de dificuldade que pode passar pelas capacidades cognitivas ou sensoriais, pelas suas aptidões ou habilidades, ou, o que pode ser ainda mais difícil para ele, pelas suas características de personalidade, de equilíbrio, de comportamento, de estabilidade, de inter-relacionamento, etc. Pode apenas criar no sujeito uma desagradável percepção de que não estava à altura de resolver a tarefa cognitiva que lhe solicitaram, mas pode ir muito mais longe e dar-lhe a compreensão, ainda que meio velada e pouco clara, o que pode até piorar a situação, de que o seu comportamento, maneira de ver a vida, reacções a determinados estímulos ou situações, etc. não serão eventualmente as mais adequadas socialmente e criar-lhe a convicção de que, por isso, é um ser inútil, sem habilidade social ou mesmo desprezível, indesejável, ou nocivo.

É neste terreno que o psicólogo tem muitas vezes de trabalhar, necessitando de bom senso, firmeza, afabilidade, simpatia, inteligência, equilíbrio e, se calhar principalmente neutralidade, para dosear os parâmetros da interacção, mantendo-os e mantendo-se numa faixa de legitimidade



científica e técnica indispensável para poder realizar o seu trabalho com segurança e resultados credíveis.

Tem de saber ler e compreender, sem hesitações, desvios, ou interpretações erradas os manuais desses testes. Tem de dominar a técnica e muitas vezes a arte, de os aplicar, avaliar e interpretar os resultados, à luz de um conjunto de material que terá recolhido sobre um dado sujeito. Tem de trabalhar com esse material com a perícia de um técnico muito qualificado e com a arte de um criador reconhecido. Talvez não seja por acaso que no arquiginásio (archiginaseum) da Universidade de Bolonha se encontra o lado da jurisprudência (lei, direito) e o das artes, em que se incluem a medicina e a psicologia.

Uma aplicação errada pode levar a resultados totalmente enganadores, com todas as consequências que daí podem advir e que não excluem algumas devastadoras e até, eventualmente e no limite, fatais.

Os erros cometidos sobre seres humanos são mais graves e penalizadores do que os que ocorrem com outros objectos de trabalho e, por isso, uma vez mais o psicólogo tem de agir de maneira especial, sendo ele especial ou não.

Trabalhar com testagens implica pois inteligência e rigor.

Um outro aspecto que não podemos deixar de referir é, por maioria de razão, a estabilidade, equilíbrio e capacidade de inter-relacionamento dos psicólogos. Poderá, por exemplo, um psicólogo psicótico ajudar alguém? Poderá um psicólogo que não consegue estabelecer uma relação de confiança com o cliente ajudá-lo? Parece que não.

Então, terá que se equacionar a testagem dos candidatos aos cursos de psicologia para despistar patologias graves e detectar contra-indicações, como um passo básico e fundamental no acesso das pessoas à formação nesta ciência e ao exercício da profissão de psicólogo. Não será aconselhável, certamente pôr a estopa ao pé do lume.

Por outro lado, uma vez que se viu que há quatro qualidades básicas que são fundamentais para os psicólogos: inteligência, honestidade, rigor e disciplina, não deverão elas ser verificadas previamente nos mesmos candidatos aos cursos de psicologia?

Não será contraproducente tentar formar em psicologia pessoas que não são capazes de compreender instruções rudimentares? Onde está então a inteligência necessária, como condição básica fundamental?

Não será contra-indicado tentar formar em psicologia pessoas que não conseguem perceber e interiorizar as bases das regras que normalizam o funcionamento dos grupos, as normas sociais, ou seja e reduzindo este aspecto à sua expressão mais simples, que não entendem a disciplina? Como vão elas respeitar, por exemplo, as instruções dos testes? Onde está a disciplina como condição básica fundamental?

Não será trabalhar no sentido contrário ao que se pretende, ou devia pretender, tentar formar em psicologia pessoas que procuram assentar a sua vida em bases de oportunismo e aproveitamento dos maiores ou menores furos da lei, das já referidas normas sociais ou grupais e/ou das oportunidades que a sorte, o acaso, ou as contingências da vida colocam ao seu alcance? Onde está a honestidade, condição básica fundamental?

Não será muito perigoso para o futuro da psicologia em Portugal e, por extensão, para o próprio Portugal tentar formar em psicologia pessoas que não fazem do rigor um marco das suas vidas? Onde está então esse rigor, condição básica fundamental?

Os demagogos falarão logo em selecção natural, argumentando que esses nunca singrarão na carreira, que serão eliminados pela própria regulação interna do sistema, que não serão procurados pelos clientes, que não encontrarão emprego que... que... que... mas de ilusões vivem os iludidos. Não nos iludamos facilmente. A regulação interna só pode funcionar se e quando houver regras claras e legais, assim como um órgão vocacionado para as aplicar, vigiar e fazer cumprir. E ele não existe, assim como as regras também são pouco claras e, com a entrada em vigor do Acordo de Bolonha, sem qualquer garantia de fiscalização, permissivas e prejudiciais a todos: psicólogos e população.

Estamos a atravessar uma época de grandes dificuldades, uma vez que, em matéria de licenciados, seguimos na cauda da Europa a que pertencemos. Isto não é dignificante para o país, nem para a sua população. Porém, não parece ser razão para facilitar a obtenção dos graus académicos, bem ao contrário. Uma coisa é ter poucas pessoas com grau de escolaridade universitária e outra, bem pior, é ter muitas que, na realidade prática, são possuidoras de conhecimentos de nível do ensino secundário, ou inferior, independentemente de ostentarem os diplomas de cursos superiores. Esse é seguramente o caminho errado. O

que acontecerá quando se verificar que os diplomados não têm competência para exercerem as suas profissões?

O rumo certo é incentivar, motivar, fazer ver as vantagens de estudar para obter um grau académico, apoiar o estudante quando ele se decide a tentar, mas fazê-lo com honestidade e nunca caindo no caminho tentador e grosseiramente errado de oferecer esse grau, para melhorar as estatísticas.

Ao estudante compete esforçar-se cada vez mais, uma vez que as novas regras que regem o ensino/aprendizagem exigem dele muito mais trabalho. Naturalmente que, quando concorre à Universidade ao abrigo da lei que lhe permite ingressar tendo apenas o nono ano de escolaridade é indispensável que tenha e suicidário não ter, o auto-conhecimento e a modéstia suficientes para se aperceber das suas limitações e de como elas, também elas, lhe exigirão esforço acrescido. Fazemos questão de repetir: lhe exigirão esforço acrescido, naturalmente porque a sua anterior limitada preparação académica a isso obrigará.

Ao professor compete esforçar-se também muito mais, no acompanhamento dos estudantes, no incentivo, na motivação, no apoio científico, mas isto sem confundir com fazer a caridade de passar quem não está preparado. Esta caridade é não só não caridosa, como obscena e perversa ajudando o estudante a convencer-se de que nada de errado aconteceu e que o seu resultado positivo se deve de facto ao trabalho, ou resulta do laxismo da instituição em que decidiu matricular-se e não de uma esmola inadequada e erradamente oferecida. Esta caridade é também lesiva de toda a comunidade estudantil. Há quase trinta anos, um superior hierárquico dizia-nos para sermos muito cautelosos com os louvores que atribuíamos. Na sua maneira característica de falar disse-nos: “Não te esqueças que uma porrada mal dada prejudica quem a levou, mas um louvor mal dado prejudica todos os outros”. Nunca esquecemos esta verdade indiscutível. A caridade de passar quem não tem conhecimentos suficientes para isso, lesa todos os outros estudantes que se vêem em pé de igualdade com aquele que recebeu a esmola da ignorância.

O Acordo de Bolonha seria e pode certamente ser, um bom instrumento de ensino/aprendizagem, mas se for aplicado como foi previsto e não com remendos “inovadores” que servem apenas para camuflar a incapacidade de se aplicar em Portugal, nas actuais circunstâncias, o que era adequado. Ensinar, em conformidade com o espírito do Acordo de Bolonha, significa

monitorizar o processo de aprendizagem do estudante a quem se dão linhas de base para investigar, para estudar e depois, fazer com ele uma reflexão séria e aprofundada sobre o que aprendeu. É ajudá-lo a fazer um trabalho árduo mas proveitoso de metacognição. A avaliação, num processo destes decorreria naturalmente do retorno (para não escandalizar os puristas que não gostam da palavra feedback, hoje usada em língua portuguesa, que significa “[...] retorno, realimentação, retroalimentação, retrocarga, regeneração [...]” [Houaiss, 2005, p. 3788] ) que o próprio estudante nestes debates daria ao docente e também, natural e indispensavelmente em nossa opinião, de outros elementos de avaliação de grau de objectividade maior, assim como de provas em que se possa medir a capacidade de síntese e de escrita do que se pensa, em português correcto.

Onde falha o sistema? Porque anda meio mundo em pânico com o Acordo de Bolonha? Falha em quase tudo e porque não se reflectiu, não se ouviu nem discutiu com quem sabe desta matéria, nem se fez contas fundamentais e indispensáveis. Um processo destes não funciona com grupos de mais de seis estudantes, excepcionalmente oito. Mas para isso, é preciso ter muito mais docentes. Um sistema destes não funciona com pessoas que frequentem a Universidade com a finalidade de obterem um diploma, mas tão só com aquelas que lá estão para aprenderem e que, portanto, não estão preocupadas em copiarem trabalhos de fontes cuja credibilidade é muitas vezes totalmente inaceitável e outras aceitável, mas não para serem plagiadas, naturalmente. Um sistema destes funciona com os tais grupos pequenos, em que as pessoas confiam umas nas outras (docente nos estudantes e estes naquele) porque vão provando que merecem confiança e porque, sendo o processo um circuito fechado e altamente controlado, ainda que de grande liberdade de investigação e discussão, permite avaliar a cada momento o que o estudante está a fazer e sabe realmente.

Das muitas conversas que temos tido com colegas do ensino privado e oficial, das mais variadas áreas da ciência, verificamos que nada disto acontece.

Para além de tudo, cursos como o de psicologia, pelas razões atrás sumariamente abordadas, não se compadecem com estratégias de plágio e de caridade de avaliação e utilizá-los é desonesto, para além de errado; é perigoso, para além de desonesto; poderá vir a médio prazo a tornar-se num



flagelo para a sociedade, para além de ser simplesmente perigoso; pode vir a médio ou longo prazo a determinar a definitiva subalternização desta ciência em Portugal, para além de poder tornar-se um flagelo incontrolável.

Por isso e cada vez mais, é preciso ser rigoroso na selecção e também na condução e acompanhamento do processo de ensino/aprendizagem que, face às novas normas decorrentes da aplicação do Acordo de Bolonha, centram no estudante este mesmo processo. Isto pode acarretar vantagens, mas pode ser destruidor para o ensino superior. A responsabilização do estudante pelo seu ritmo e processo de aprendizagem parece ser uma excelente ideia, mas implica honestidade. Uma vez mais a honestidade. E, a partir dela, não pode esquecer-se que nalgumas situações os próprios estudantes comentam as imensas vulnerabilidades do novo processo, em que se incluem as cópias de artigos de qualidade respeitável ou duvidosa a partir da internet; a elaboração de trabalhos em grupo que de grupo só tem o nome, pois que só um ou alguns elementos trabalham, mas todos assinam o resultado final, recolhendo daí a classificação para que não contribuíram em nada; as entradas tarde e saídas cedo das aulas, permanecendo nelas apenas o tempo necessário para assinar a folha de presença e outros ardis tão vergonhosos quanto inaceitáveis, mas que se torna muito difícil detectar e controlar, nas condições actuais, exigindo também eles um esforço e atenção acrescida ao docente. A qualidade tem de imperar sobre a quantidade e só sendo exigente se pode garantir qualidade.

O estudo de determinadas áreas científicas tem-se mostrado em Portugal uma questão de moda, ou para sermos mais exactos, mais uma questão de moda. Os cursos vão aparecendo e desaparecendo ciclicamente. A psicologia está agora nos pontos altos das preferências, o que é visível pela simples análise do número de cursos que existe, em comparação com o que existia há anos atrás. Por exemplo, quando em 1974 entrámos para o ISPA, onde fizemos a licenciatura, era o único curso disponível em Lisboa e, se a memória não nos traiçoa, em Portugal também. Hoje é fácil ver e perceber que há cursos de psicologia em oferta alargadíssima.

Se a oferta é grande é certamente porque a procura também o é e isto mostra antes de tudo uma evolução tristemente tardia, mas mais do que necessária das mentalidades científicas (ou pseudo-científicas) em Portugal, acabando de vez com as licenciaturas em filosofia com posterior estágio em psicologia... Mas pode anunciar e certamente anunciará nalgumas situações,

mais uma galinha dos ovos de ouro, em que o principal e primeiro objectivo passe a ser ter alunos, muitos alunos, independentemente de eles possuírem ou não possuírem condições para frequentarem um curso de psicologia.

E voltamos uma vez mais às questões anteriores. O que poderá resultar a médio/longo prazo de se formarem psicólogos com patologias de foro psicológico e/ou psiquiátrico graves?

A resposta pode ser dramaticamente simples, uma vez que provavelmente caminhar-se-á para passar esta categoria profissional que é diferente, para excepcional, mas pelos piores motivos e portanto não por ser sobredotada. Isto, que teria um impacto demolidor em toda essa categoria profissional, poderia hipoteticamente conduzir à sua dicotomização. De um lado os técnicos puros e simples, os que completaram um curso de psicologia, sem qualquer aptidão, jeito ou devoção à sua ciência e os que o fizeram possuindo ou não estas características, mas sendo portadores de patologias inibidoras do exercício correcto, livre e independente da profissão e do outro lado o grupo, que bem poderá ser minoritário, dos que têm condições e preparação adequadas e que funcionarão dentro dos limites naturalmente exigíveis.

Numa panorâmica destas, é de esperar que o controlo do exercício da profissão não possa ser assegurado, tanto mais que se se viesse a verificar efectivamente, esse controlo teria que ir muito para além do necessário quando as coisas são bem planeadas, executadas e, por isso, dão resultados profícuos e produzem especialistas qualificados e credíveis.

Estar-se-ia dentro do quadro sugerido na oração de sapiência no Dia da Universidade Autónoma pelo Senhor Professor Doutor Adriano Moreira, quando se referiu ao que intitulou agonia cultural.

Não queremos que uma profissão tão estimulante e importante venha a cair numa cilada destas, venha a ser prejudicada por falta de planeamento, de selecção, de atenção, em contraponto com excesso de entusiasmo, de euforia, de facilidades inventadas, cujas consequências antevemos trágicas.

A nossa Universidade vai no bom caminho. Não percamos o rumo e mantenhamos os níveis de exigência que, como bem costuma dizer o Director do Departamento de Psicologia e Sociologia levam “à excelência”. Se formos excelentes, poderemos fazer psicólogos que nos honrem e honrem a instituição em que se formaram, que trabalhem bem e provem que ser psicólogo é ser diferente, mas num sentido saudável e de integridade.

Psicólogos, que futuro? E então, o futuro será risonho!

Mas, para controlar profissionalmente uma profissão tem de haver a instituição própria, também ela credível e capaz de o fazer e não se pode esquecer que até para a criação da Ordem dos Psicólogos se tem assistido a um triste e lamentável espectáculo aparentemente assente numa mistura de politização demagógica e ridícula do que não deve ser politizado, com uma luta antecipatória do que poderá vir a ser o assalto ao poder dessa instituição, se e quando vier a ser finalmente criada. E assim se inviabilizou o seu nascimento até hoje.

Estamos a falar de um instrumento fundamental, não só para a defesa qualitativa da classe, como para a sua credibilização, mas talvez interesse a muita gente que as coisas se arrastem. Pelo menos àquela que atrás referimos como podendo no futuro próximo vir a enquadrar o lado negativo da dicotomização da profissão, pois à boa maneira portuguesa, poderá ter a esperança de que, atrasando sistematicamente o que tem de ser feito e já o devia ter sido há muito, poder-se-á chegar a uma situação em que já nada seja preciso fazer, ou nada se possa fazer. Enquanto reinar a confusão, é mais fácil sobreviver, através de remendos situacionais, de expedientes mais ou menos ocultos, de um salve-se quem puder em tudo oportunista e de interesse, no mínimo, totalmente duvidoso.

Já agora e como dado final, lembramo-nos de que estávamos no 1º ano do curso de psicologia, quando nos deram uma primeira petição para assinar, destinada à criação da Ordem dos Psicólogos... infelizmente, para nós pessoalmente e para os psicólogos em geral, já lá vão trinta e três anos desde que isto aconteceu... a idade com que Cristo morreu.

Oxalá a Ordem dos Psicólogos não morra também, principalmente antes de ter nascido e não arraste com ela a psicologia portuguesa.

Então psicólogos, o futuro será tenebroso!

## Referências Bibliográficas

HOUAISS, A. & Villar, M. de S. (2003). Dicionário da língua portuguesa. (Vol 1-17). Lisboa: Temas e Debates.